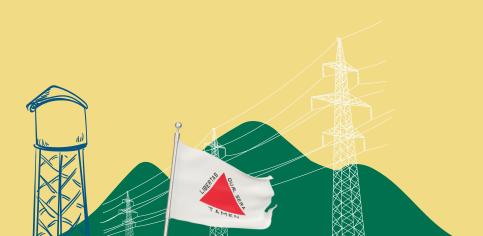


PLEBISCITO POPULAR EM DEFESA DAS ESTATAIS DE MINAS GERAIS



PLEBISCITO POPULAR EM DEFESA DAS ESTATAIS DE MINAS GERAIS



EXPEDIENTE:

Texto: Ana Carolina Vasconcelos, Eduardo Pereira de Oliveira, Emerson Andrada, Frederico Santana Rick, Jefferson Silva, Marina

Paula Oliveira e Michael Douglas Alves de Abreu

Diagramação: Ana Carolina Vasconcelos

Tiragem: 10 mil exemplares

Redes sociais: Instagram.com/comiteforazema

Site: comiteforazema.com.br

E-mail: plebiscitopopularmg@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M935p

Movimentos Populares e Sindicais de Minas Gerais.

Plebiscito Popular em Defesa das Estatais de Minas Gerais / Movimentos Populares e Sindicais de Minas Gerais. – Belo Horizonte, MG: [s.n], 2023.

14 x 21 cm

ISBN 978-65-5872-647-0

1. Empresas estatais – Minas Gerais. 2. Minas Gerais – Política e governo. I. Título.

CDD 345.8161

Elaborado por Maurício Amormino Júnior - CRB6/2422

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
ÁGUA E ENERGIA NÃO SÃO MERCADORIA	8
DEFENDER A CEMIG É DEFENDER MINAS GERAIS	9
VENDA DA COPASA PODE DEIXAR DEZENAS DE MUNICÍPIOS SEM ÁGUA E SANEAMENTO	11
O QUE ACONTECE DEPOIS DA PRIVATIZAÇÃO?	13
PROTEGER AS ESTATAIS É PROTEGER O POVO DE MINAS GERAIS	17
EMPRESAS LUCRATIVAS	19
O MUNDO INTEIRO ESTÁ INDO EM OUTRA DIREÇÃO	20
CODEMIG	21
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL TEM IMPEDIDO ZEMA DE VENDER NOSSO PATRIMÔNIO	22
O QUE FAREMOS PARA IMPEDIR?	23
HISTÓRICO DOS PLEBISCITOS POPULARES	24
COMO ORGANIZAR O PLEBISCITO POPULAR EM SUA CIDADE, BAIRRO, LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO	25
O QUE FAZ UM COMITÊ POPULAR?	25
PERGUNTAS QUE CONSTARÃO NAS CÉDULAS	26
CALENDÁRIO DE CONSTRUÇÃO	27
O PROCESSO DE VOTAÇÃO	28
SAIBA MAIS	29

APRESENTAÇÃO

Atualmente, todos os mineiros e mineiras têm o direito constitucional de serem consultados sobre a privatização da Cemig, da Copasa e da Gasmig.

Esse mecanismo de **participação popular** foi criado devido à importância que essas empresas estatais têm para a população de Minas Gerais, contribuindo com a garantia do acesso a direitos básicos, com a redução das desigualdades sociais e regionais e com o desenvolvimento de nosso estado. É o caráter público dessas empresas que garante que milhares de famílias tenham acesso à água, energia e saneamento.



Quem privatiza bom sujeito não é!

Infelizmente, o atual governador não pensa assim. Romeu Zema (Novo) enviou para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que busca retirar da população o direito de ser consultada sobre a venda do patrimônio mineiro. A proposta, que ficou conhecida como "PEC do Cala Boca" ou "PEC do Medo do Povo", está em trâmite na ALMG.

O governador também enviou aos deputados, projetos para adesão de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Para suspender a dívida do Estado com a União, o RRF impõe, entre outras exigências, a privatização das estatais mineiras e o congelamento dos salários dos servidores públicos pelos próximos nove anos. Com a gestão de Zema, a dívida de Minas cresceu absurdamente e chegou a R\$160 bilhões.

Romeu Zema também busca desestatizar a Codemig e Codemge, que também são empresas estratégicas.

Em resposta a esses ataques, entidades sindicais, movimentos populares e deputados(as) de esquerda organizaram **grandes mobilizações em defesa das estatais.** Como resultado, uma proposta alternativa ao RRF foi apresentada pelos presidentes do Senado e da ALMG ao governo federal, para quitar a dívida de Minas Gerais, sem privatizar as empresas e penalizar os servidores públicos.

Entre as medidas sugeridas, está a federalização da Cemig, Copasa e Codemig. Mesmo sendo melhor que a entrega das empresas para o setor privado, a proposta ainda exige debate e melhor elaboração. Queremos que a federalização tenha mecanismos que assegurem que as empresas não serão vendidas pelo governo federal nos próximos 20 anos.

Não faz sentido privatizar



As empresas que Romeu Zema quer vender são altamente lucrativas e atuam em setores extremamente estratégicos, sobretudo no atual contexto de mudanças climáticas. Por isso, compradores não faltariam. Nos últimos cinco anos, a Copasa e a Cemig repassaram R\$ 2,5 bilhões aos cofres públicos.

Diante de um momento de disputa por recursos naturais associados a uma nova matriz energética, água, saneamento, energia e minerais críticos, setores onde nossas empresas públicas atuam, são muito cobiçados. Nos últimos 70 anos, essas estatais cumpriram papel decisivo no desenvolvimento Gerais de Minas sendo seguirem públicas, poderão contribuir ainda mais no próximo período.

Podemos virar o jogo

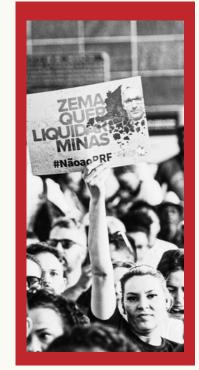
Os ataques aos servidores, aos serviços públicos e às estatais não têm ficado sem resposta. A bancada parlamentar de oposição na ALMG tem feito um importante enfrentamento às medidas propostas por Romeu Zema. Os movimentos sociais e sindicais também têm construído muitas lutas, cada vez mais massivas.

E, todos juntos, faremos um Plebiscito Popular em Defesa das Estatais de Minas Gerais. Dessa forma, damos continuidade ao compromisso expresso no manifesto "Reconstruir o Brasil com Lula, Derrotar Zema e devolver Minas ao povo", assinado por mais de 300 organizações no processo de construção do VII Encontro de Comitê, Movimentos Populares e Sindicais, realizado em maio de 2023.

Participe!

Os plebiscitos populares são ferramentas de disputa de ideias na sociedade em torno da defesa e conquista de direitos. Eles expressam o ápice da participação popular organizada pelo povo, com o povo e para o povo. Como nos ensinou o sociólogo Florestan Fernandes, "contra a intolerância dos ricos, a intransigência dos pobres".

Essa cartilha é para cada lutador e lutadora do povo de Minas Gerais, cada formadora, cada educador popular e qualquer pessoa de boa vontade, interessada em se organizar para defender nossos direitos.



ÁGUA E ENERGIA NÃO SÃO MERCADORIAS

Minas Gerais é o **segundo estado mais populoso do país**, com aproximadamente 20 milhões de habitantes, distribuídos em 853 municípios. Nossas empresas públicas são reconhecidas internacionalmente pela gestão da água e da energia.

Infelizmente, nosso estado é marcado pela **desigualdade social** e algumas regiões são privilegiadas em relação a outras. Ou seja, tem muita gente em situação de vulnerabilidade e poucas pessoas têm acesso à qualidade de vida.

Temos muito trabalho a fazer para mudar essa realidade e, para sermos um estado cada vez mais justo, **não pode faltar água e energia para ninguém.**

Em vários países do mundo acontecem guerras por causa da disputa de água, energia, gás, petróleo, minerais e outros recursos naturais. Nós temos a sorte de possuir muitas riquezas nos nossos territórios e precisamos cuidar da gestão delas.

Por que o governador quer abrir mão desses recursos?

Em 2023, Romeu Zema aumentou o seu próprio salário em quase 300% e perdoou impostos de grandes empresários, como os donos da Localiza, que financiaram a sua campanha eleitoral. Ao mesmo tempo, ele acabou de aumentar a taxação, entre outros produtos, da cerveja e de celulares, que fazem parte do cotidiano da população mineira. O governador é assim: gosta de entregar as nossas riquezas para o capital privado e aumentar os impostos dos produtos consumidos pelo povo.

DEFENDER A CEMIG É DEFENDER MINAS GERAIS!

A Cemig está presente em 774 municípios, atendendo a 9 milhões de unidades consumidoras. Apenas em 2022, a empresa teve receita de R\$ 34,5 bilhões e **R\$ 4,1 bilhões de lucro**. Se considerarmos os últimos cinco anos, a receita totaliza R\$ 141 bilhões.

O caráter público da Cemig também possibilita que ela desenvolva um conjunto de **iniciativas voltadas ao combate às desigualdades** de acesso, como a tarifa social, que permite que famílias em situação de maior vulnerabilidade tenham acesso a até **65% de desconto na conta de luz**. Você acha que uma empresa privada, cujo foco é o lucro, manteria uma política social como essa?

Ainda assim, sem autorização da ALMG e da população, o governo Zema faz o que chamamos de "privatização antecipada" da empresa, piorando as condições de trabalho e o serviço desempenhado por ela. Com isso, o governador busca disputar a opinião pública para abrir os caminhos da privatização, já que quem mais sofre com o desmonte da Cemig é a população.



Além disso, por definição da gestão Zema da empresa, desde 2019, aproximadamente 50% de seu lucro líquido foi distribuído para acionistas, na forma de Juros e dividendos. No último ano, os acionistas receberam R\$ 2,2 bilhões e, nos últimos 5 anos, foram distribuídos R\$ 7,3 bilhões. O Estado fica apenas com 17,04% desse valor.



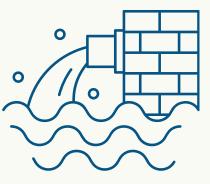
Apesar dos lucros crescentes, a **Cemig também vem reduzindo o número de empregados**. Até meados da década de 90, eram aproximadamente 18 mil trabalhadores do quadro próprio e, em 2018, a quantidade caiu para 6.083. Em 2022, já eram apenas 4.969 trabalhadores.



VENDA DA COPASA PODE DEIXAR DEZENAS DE MUNICÍPIOS SEM ÁGUA E SANEAMENTO

Você sabia que a privatização da Copasa pode prejudicar a prestação do serviço de **abastecimento de água e saneamento básico** em cidades mineiras de até 10 mil habitantes?

Atualmente, a Copasa possui aproximadamente 10 mil funcionários e vem, ao longo das últimas seis décadas, cuidando e levando água de qualidade e esgotamento sanitário para cerca de 11 milhões de pessoas, em 623 municípios. Com a privatização, o sistema de subsídio cruzado, adotado pela Companhia, fica fortemente ameaçado.



O lucro líquido da Copasa cresceu 38,2%, no 2º trimestre deste ano, totalizando R\$249,3 milhões, e 92,4% no terceiro trimestre, totalizando R\$ 437,1 milhões. A receita líquida da empresa era de R\$ 1,57 bilhão até setembro de 2023.



O que é o subsídio cruzado?

Independentemente de onde moram, todos os consumidores do estado servidos pela Copasa pagam a mesma tarifa. Ocorre que, das 642 cidades atendidas, mais da metade possui menos de 10 mil habitantes e não geram lucro, ao contrário, operam no vermelho. Pelo sistema de subsídio cruzado, a Copasa investe o recurso obtido em locais onde é lucrativa naqueles onde ela é deficitária.

Esse é um sistema justo, utilizado principalmente por empresas públicas que têm em seu foco não apenas o lucro, mas também o social.

PIORA DO SERVIÇO É PROPOSITAL

Os problemas que as empresas estatais enfrentam se devem à sua **captura por interesses privados** e não à utilização política ou à sua natureza estatal. Já são conhecidas as táticas usadas pelos governos privatistas para preparar a privatização de uma empresa pública.

Deliberadamente, há uma tentativa de desestabilizar as empresas, com queda de investimentos, alienação de ativos, fechamento de postos de atendimento e bases operacionais, enxugamento de pessoal e terceirização em larga escala.

O que isso gera? A **precarização dos serviços** à **população**, é claro. Para que assim, a população passe a defender a privatização, na esperança da melhoria dos serviços.



O QUE ACONTECE DEPOIS DA PRIVATIZAÇÃO?

A gente conhece muito bem como funciona a lógica da empresa privada. **Só pensam em reduzir os custos e aumentar os lucros** para os acionistas. Para isso, as empresas privadas adotam várias estratégias:

Municípios desassistidos

Atualmente, a lógica que permite o abastecimento hídrico e energético de regiões periféricas é justamente o fato de se arrecadar grandes montantes em centros urbanos e investir os lucros de maneira a garantir que áreas menos lucrativas também sejam atendidas.

Terceirizações

A terceirização vai aumentar e, consequentemente, os serviços vão piorar. As empresas terceirizadas têm piores condições trabalhistas. Os trabalhadores trabalham muito e não recebem quase nada. Além disso, elas não têm compromisso com as comunidades atendidas.

Contas mais caras

As experiências de privatização demonstram que depois de comprar as empresas, os donos precisam compensar o que gastaram. A forma mais rápida de fazer isso é aumentando o valor da tarifa.

Demissão de trabalhadores

ter mais lucros, Para privadas fazem empresas demissões em massa salários diminuem dos OS funcionários diretos. Flas também contratam empresas terceirizadas, precarizando o trabalho. Com a demissão vão embora muitos conhecimentos adquiridos em anos de experiência

Menos segurança

empresas privadas não dos valorizam а vida trabalhadores das comunidades. Vocês lembram aconteceu que em Brumadinho? A Vale, que foi privatizada em 1997, investiu segurança em monitoramento da barragem, falsificou a documentação de estabilidade e matou 272 pessoas.

Serviço sem qualidade

Se o objetivo é o lucro, porque as empresas privadas vão investir em tecnologias para fornecer o melhor atendimento possível? A qualidade do serviço depende do investimento de recursos.

Pouca qualificação

Como as empresas precisam acumular grandes lucros, o treinamento e a qualificação dos trabalhadores acaba ficando em segundo plano. Eles preferem fornecer um serviço precário, do que pensar no longo prazo.

Fim da Tarifa Social

A privatização também representa o fim da tarifa social, um desconto concedido para consumidores de baixa renda. São mais de 1,4 milhão de famílias beneficiárias da Tarifa Social de Energia e 690.315 famílias beneficiárias da Tarifa Social de água.

Sem apoio às políticas públicas

Diversos hospitais públicos e filantrópicos em Minas Gerais, como exemplo a Santa Casa, conseguem a garantia da disponibilidade da energia elétrica de forma contínua porque a Cemig, sendo empresa estatal, garante esse fornecimento, mesmo se as entidades estiverem inadimplentes

Exemplos do que ocorreu após a privatização de algumas empresas brasileiras

RIO DE JANEIRO

No Rio de Janeiro, após a privatização da Cedae (companhia responsável pela adução de água na Grande Rio), houve aumento de tarifas e precarização dos serviços, tendo o percentual de tratamento de esgoto caído 7% entre 2020 e 2021.

MANAUS

A capital do estado do Amazonas tem sofrido com a precarização do serviço de água e esgoto, privatizado há mais de 20 anos. Cerca de 80% da cidade sofre com a falta de esgotamento sanitário.



VALE

Em 1997 a Vale foi vendida para a iniciativa privada a um preço muito inferior do que a empresa valia. Depois disso, houveram demissões em massa, dos terceirização serviços, do trabalho precarização sucateamento dos investimentos segurança monitoramento. resultado foi o aumento de desastres socioambientais. Em Minas Gerais, tivemos o rompimento da barragem em Mariana (2015) e em Brumadinho (2019), que deixaram centenas de mortos.

ALAGOAS, CEARÁ E RIO GRANDE DO SUL

Nos três estados, onde também houve privatização, há problemas de tarifas caras e diminuição de cobertura de água tratada.

OURO PRETO

Aumento das tarifas, queda na cobertura e menor controle público são algumas das consequências da entrega à empresa privada Saneouro, dos serviços de tratamento e distribuição de água na histórica Ouro Preto. Desde a privatização, a população passou a conviver com cortes de abastecimento e cobranças de tarifas abusivas.

ELETROBRÁS

Após sua privatização ocorreu um apagão que atingiu 25 estados brasileiros e o Distrito Federal. Uma das causas do apagão foi a ausência do quadro técnico para atuar no momento correto. Os trabalhadores experientes foram demitidos logo depois que a Eletrobrás foi vendida.

METRÔ DE BH

A primeira medida tomada pela empresa privada foi fazer demissão em massa e reajustar a tarifa. Hoje a **tarifa do metrô é mais cara** que a tarifa do ônibus, chegando a R\$5,30

PROTEGER AS ESTATAIS É PROTEGER O POVO DE MINAS GERAIS

A situação do nosso Estado ficou ainda mais grave depois dos rompimentos da barragem da Vale em Mariana e Brumadinho. Muitas regiões estão enfrentando problemas com o abastecimento hídrico, uma vez que duas bacias hidrográficas foram contaminadas por metais pesados. Essa é mais uma razão de defendermos a Copasa e a Cemig, por serem as principais gestoras da nossa água.

A gente sabe que nem tudo são flores e que muitas comunidades têm reclamações sobre os serviços prestados. No entanto, essas reclamações decorrem da atual gestão da empresa, que é orientada pela lógica de uma empresa privada, pela maximização do lucro e pela precarização do serviço.

Nos últimos anos, o **governo Zema vem fazendo várias interferências nas estatais**, fechando agências de atendimento e bases operacionais, impulsionando a terceirização do trabalho e a precarização dos serviços. O objetivo é justamente sucatear ao máximo as estatais para que as comunidades sejam favoráveis à privatização. Assim, as comunidades se esquecem da responsabilidade do estado, e culpam exclusivamente as empresas.

Não podemos cair em armadilhas e acreditar que a privatização vai solucionar os nossos problemas. Pelo contrário, precisamos exigir uma gestão voltada para os interesses do povo mineiro, com mais controle social, mais investimentos e mais qualidade do serviço.



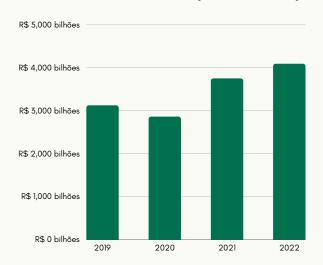
A cada real investido em saneamento, o estado economiza nove reais em saúde. Ou seja, entregar os serviços de distribuição de água e saneamento para a iniciativa privada coloca em risco não somente o abastecimento hídrico e a ampliação de redes de esgoto, mas também a saúde da população.

A Copasa é responsável pela captação, tratamento e distribuição da água tratada até o consumidor final. No esgotamento sanitário, cuida da coleta, transporte, tratamento e disposição final do esgoto sanitário, da ligação predial até o lançamento final no meio ambiente.

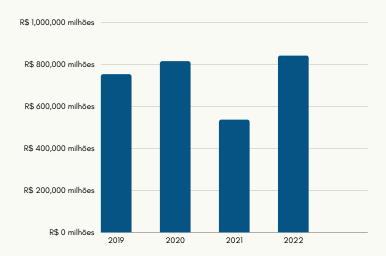
Antes da fundação da Cemig em 1952, a empresa privada Companhia Força e Luz, se recusou a expandir o fornecimento de energia para instalar um parque industrial. Com o desinteresse privado, o estado de Minas Gerais construiu usinas, linhas de transmissão e a rede de distribuição para garantir o desenvolvimento socioeconômico no estado.

EMPRESAS LUCRATIVAS

LUCRO DA CEMIG (2019-2022)



LUCRO DA COPASA (2019-2022)





Não é contraditório que empresas públicas altamente lucrativas venham a ser privatizadas? Está claro sobre quem leva vantagem com isso.

O MUNDO INTEIRO ESTÁ INDO EM OUTRA DIREÇÃO

As experiências internacionais apontam para a necessidade do controle público sobre água e energia. A reestatização de empresas que prestam serviços essenciais às populações tem sido uma tendência mundial.

Não custa lembrar que, com a proposta de privatização do fornecimento de água e esgoto, Minas entra na contramão do que vem acontecendo em locais onde esse serviço foi privatizado e, posteriormente, reestatizado, como Paris (França), Berlim (Alemanha) e Buenos Aires (Argentina).

Um relatório produzido pelo Instituto Transnacional (TNI), com sede na Holanda, aponta que entre 2000 a 2019, 312 cidades, em 37 países, reestatizaram seus serviços de tratamento de água e esgoto.



CODEMIG

A estatal é dona da maior jazida de nióbio do mundo, que fica no município de Araxá. Ela garante o repasse de 25% sobre o valor do que é extraído para o Estado, o que gera uma arrecadação anual de aproximadamente R\$ 300 milhões.

O governo **Zema menospreza** a importância estratégica da Codemig, que é proprietária de 131 milhões de toneladas de reservas de minério de nióbio, o que equivale a 75% da produção mundial. A vida útil da reserva supera 400 anos.

Com todos esses recursos minerais, o estado de Minas Gerais pode impulsionar o seu desenvolvimento social e econômico, investindo em ciência e tecnologia que gerem uma maior qualidade de vida para o povo mineiro. Imagine o quanto o estado pode ganhar com isso!



Constituição estadual tem impedido Zema de vender nosso patrimônio

O governador ainda não conseguiu vender as empresas estatais porque a nossa Constituição Estadual obriga a realização de um referendo popular antes de efetivar a venda das estatais. O mecanismo foi criado em 2001, proposto pelo ex-governador Itamar Franco e aprovado pela ALMG, com votos favoráveis de todos os deputados.

De acordo com uma pesquisa de agosto de 2022, **a maioria da população do estado é contra a privatização dessas empresas**. Porém, Romeu Zema quer vendê-las. Como ele vai fazer?

Para alcançar seus objetivos, o governador solicitou à ALMG a retirada desta cláusula. Ou seja, ele quer retirar o direito da população de ser consultada sobre esse processo, violando a lei e a nossa democracia.



O QUE FAREMOS PARA IMPEDIR?

Com o intuito de mostrar para o governador que nós não abriremos mão da nossa água e da nossa energia, vamos realizar uma grande consulta popular para demonstrar a nossa força e organização. Assim, nós vamos pressionar os poderes executivos, legislativos e judiciários para que a nossa Constituição seja cumprida. Os plebiscitos populares são instrumento de mobilização e debate com a sociedade.

Diálogo com a sociedade

O processo de construção de um plebiscito popular permite avançarmos na unidade de ação das organizações populares. E, principalmente, realiza um **amplo processo de debate com a sociedade**.

O plebiscito nos ajuda a barrar as políticas neoliberais, **melhorar a vida do povo mineiro e defender a soberania popular**. Provocando um grande debate e mobilização em defesa das estatais mineiras, contra o Regime de Recuperação Fiscal e pela manutenção do direito constitucional que obriga a consulta a população para aprovar a venda das empresas públicas.



HISTÓRICO DOS PLEBISCITOS

Nacionais

O primeiro Plebiscito Popular aconteceu em 2000, sobre a Dívida Pública. Teve 6.030.329 votantes ou 5.7% do eleitorado brasileiro. Em 2002, aconteceu o Plebiscito sobre a Alca e a base de Alcântara, Foram 10.149.542 votantes, em 3.894 municípios. Mais de 150 militantes ativistas е se envolveram na realização do plebiscito, foram utilizadas 46 mil urnas.

Em 2007, aconteceu o plebiscito sobre a Reestatização da Vale, participaram 4 milhões de votantes. Em 2010, o tema foi o limite da Propriedade da Terra. Em 2014, os movimentos realizaram o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva para Reforma Política, que alcançou cerca de 7,5 milhões de votos.

Estaduais

2013, Em os movimentos populares, sindicais estudantis de Minas Gerais organizam o Plebiscito Popular pela redução da tarifa de energia e do ICMS. mobilização aconteceu todas as regiões do estado, alcançando grande capilaridade. Desde então, se organizaram comitês em centenas de cidades, seguiram cumprindo importante papel na luta política nas cidades nos últimos dez anos. Esses comitês, seguem existindo, uns mais outros menos articulados, o Plebiscito Popular em Defesa das Estatais Minas Gerais oportunidade para o trabalho dos comitês.

Como organizar o plebiscito popular em sua cidade, bairro, local de trabalho ou estudo

Sugerimos que as pessoas criem **comitês locais** para preparar o plebiscito, estudar e reproduzir os materiais, como espaço de articulação e construção de **ações de diálogo com a população**.

Nas cidades maiores podemos ter comitês por bairro ou regiões, por categoria, setor social, local de moradia, ou de trabalho, pode haver um comitê em uma fábrica, associação de moradores, paróquia, universidade, colégio, bairro, blocos, pontos de cultura, conselhos, etc.

O que faz um comitê?

Panfletagem e distribuição de materiais Produção de materiais para diferentes públicos (folders, cartilhas, cartazes e etc.);

Organização de debates públicos, palestras, audiências públicas e assembleias populares;

Mobilização de salas de aula, comunidades, associações, organizações da sociedade civil;

Organização de atividades culturais que tratem sobre o tema do plebiscito ;

Realização de Júri Popular sobre as perguntas do Plebiscito;

Mapeamento de locais para colocação de urnas;



Organização de equipes de trabalho, como equipe de comunicação para registrar as atividades, equipe pedagógica, para organizar debates; equipe para organizar a votação: urnas, cédulas, locais de votação, mesários e etc;

Cuidar da mística nas reuniões e atividades. Ela tem o objetivo de nos lembrar sempre os motivos pelos quais estamos lutando. A mística expressa pela linguagem simbólica os anseios e o imaginário do povo, trabalhando as emoções e os valores da luta revolucionária. Lembrar porque estamos ali. Resgatar os heróis, mártires, lutas e lutadores populares que vieram antes de nós;

Perguntas que constarão nas cédulas

Você é contra Zema retirar da Constituiç Estado o direito da população de ser cons para autorizar ou não a venda das estatais?	ăo do ultada
SIM	
NÃO	

/ocê concorda que a Cemig, a Copasa, a Gasmig e a Codemig devem seguir sendo empresas públicas e a serviço do povo mineiro e não de acionistas?	.
SIM	
NÃO	

CALENDÁRIO DE CONSTRUÇÃO

FASE 1 - Até fevereiro de 2024

Produção de materiais (cartazes, jornal, cartilha popular, cartilha para formadores, camisas, panfleto, adesivo, spot de rádio, vídeo, redes sociais);

Constituição de Comitês Populares do Plebiscito de bairro, escolas, campus, fabricas, etc;

Realização de seminários regionais e municipais;

Trabalho de Base: debates, encontro, articulações, escuta, diálogos e ações junto a comunidades e lideranças;

FASE 2 - Fevereiro a maio de 2024

24 e 25 de fevereiro - Seminário Estadual de Formação de Formadores e organização do Plebiscito Popular;

Período de votação: 19 de abril a 1 de maio de 2024;

Apuração, divulgação, mobilização e entrega do resultado nas ruas. LUTA!



O processo de votação

O processo de votação deve ser organizado, transparente, sério e com credibilidade pública. Com unidade nos métodos e na simbologia. Um processo de votação ágil, desburocratizado que motive as pessoas a participarem.

Devemos criar as condições para que toda população possa votar, buscando atingir o maior número possível de eleitores.

O processo de conscientização e a campanha devem ser separados do processo de votação. Ou seja, a campanha é centrada na propaganda, na conscientização dos riscos que corremos se deixarmos privatizar a Cemig, a Copasa, a Gasmig e a Codemig. E o momento da votação no Plebiscito é um momento distinto, em que qualquer pessoa deve exercer o direito de decidir.

Urnas e cédulas

As urnas deverão ser providenciadas pelos próprios comitês. Podem solicitar nos TRE Regionais urnas eleitorais ou podem ser improvisadas em caixa de papelão comum, lacradas e com identificação. No site do plebiscito (comiteforazema.com.br) você encontrará o modelo das cédulas e listas de divulgação.



SAIBA MAIS

Leia a íntegra do Manifesto "Fora Zema", assinado por mais de **300 organizações**



Impactos da Privatização no Setor Elétrico e a Luta Contra a Retirada Do Referendo | #Eletrolive30



Sindágua Defende as Estatais e Repudia a PEC do Cala a Boca



CUT/MG lança revista com raio x do governo Zema; Veja a edição completa



Acesse o site nacional dos Comitês Populares



Acesse o drive com mais materiais para a construção do Plebiscito Popular





PARTICIPE

Participe do **Seminário Estadual de Formação de Formadores** e organização do Plebiscito Popular que acontecerá em Belo Horizonte, nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2024.



VENHA FAZER PARTE DA CAMPANHA

Siga e compartilhe nas redes: Instagram.com/comiteforazema Site: comiteforazema.com.br Whatsapp: 31996838306



